

Políticas de corporalidade e autonomismo nas experiências de militância da *Comisión por el Derecho al Aborto* (1988-2007)

Políticas de corporalidad y autonomismo en las experiencias de militancia de la *Comisión por el Derecho al Aborto* (1988-2007)

Rafaela Zimkovicz

Mestranda em História

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

rzimk@hotmail.com

Recebido: 30/09/2022

Aprovado: 07/02/2024

Resumo: Este trabalho objetiva analisar as estratégias e formulações teórico-políticas desenvolvidas pela *Comisión por el Derecho al Aborto* (1988-2007, Argentina), organização feminista que articulou a *Campaña Nacional por el Aborto Legal, Seguro y Gratuito* (2005-atual). Para tanto, analisam-se os 16 volumes do boletim *Nuevos Aportes*, publicado pelo coletivo no período, priorizando, metodologicamente, suas dimensões de materialidade cultural e de circulação. Em diálogo com o feminismo pós-estruturalista (Butler, 2003; 2018; 2019) e a crítica da colonialidade neoliberal latino-americana (Brown, 2018; Gago, 2015; Segato, 2016), identifica-se a consolidação de um projeto de crescente radicalidade, manifestada pela recusa do fenômeno de onguização; afirmação subversiva do aborto enquanto potência corporal; e formação de alianças intersetoriais. Propõe-se, a partir do dessilenciamento prático do aborto e da auto-elaboração histórica denotada por seu *Archivo Feminista*, que essas militâncias fraturam a totalidade de escritas históricas e dos sistemas de subjetivação normativa a ela conectados (Haraway, 1995; Scott, 2007).

Palavras-chave: Legalização do aborto; Militâncias feministas; Neoliberalismo na Argentina.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo analizar las estrategias y formulaciones teórico-políticas desarrolladas por la *Comisión por el Derecho al Aborto* (1988-2007, Argentina), organización feminista que articuló la *Campaña Nacional por el Aborto Legal, Seguro y Gratuito* (2005-actualidad). Para ello, se analizan los 16 volúmenes del boletín *Nuevos Aportes*, publicado por el colectivo en el período. Son priorizadas, metodológicamente, sus dimensiones de materialidad cultural y circulación. En diálogo con el feminismo post-estructuralista (Butler, 2003; 2018; 2019) y la crítica de la colonialidad neoliberal latinoamericana (Brown, 2018; Gago, 2015; Segato, 2016), se identifica la consolidación de un proyecto de radicalidad creciente, manifestada por el rechazo del fenómeno de la ONGización; la afirmación subversiva del aborto como potencia corporal; y la formación de alianzas intersectoriales. El texto plantea, a partir del desilenciamiento práctico del aborto y de la autoelaboración histórica

que denota su *Archivo Feminista*, que las militancias fracturan la totalidad de las escrituras históricas y los sistemas de subjetivación normativa conectados a ella (Haraway, 1995; Scott, 2007).

Palabras clave: Legalización del aborto; Militancias feministas; Neoliberalismo en Argentina.

Introdução

“Entrou no fogo como se numa piscina de natação, mergulhou, disposta a submergir: não havia dúvida de que o fazia por vontade própria”, escreve Mariana Enriquez em sua antologia de horror *As Coisas que Perdemos no Fogo* (ENRÍQUEZ, 2018, p. 174). O excerto exprime a distopia conflagratória configurada pela autora - em uma conjuntura de estridente violência de gênero, colocar o corpo em combustão seria a imposição de uma rota radical de desvio. Publicada originalmente em 2016, a obra conecta-se com o surgimento do coletivo *Ni Una Menos*, em meio à massiva campanha lançada em 2015 após a ocorrência de sucessivos feminicídios (TRES, 2015).

Já em sua fundação, o grupo alicerçava um reconhecimento, acompanhado de recusa, de amplos espectros de violência - sintetizava sua matriz de luta como a negação de modos de vida pré-estabelecidos, postulando o extrapolamento de “mandatos sociais de submissão e obediência” (TRES, 2015, não p.). O senso subversivo joga com os limites do que seria uma plenitude democrática contemporânea e, a partir de 2017, se agregaria diretamente a outro foco contestatório, a *Campaña Nacional por el Aborto Legal Seguro y Gratuito* (CNDA). Fundada em 2005, ela assumiu uma estrutura de coligação, reunindo, atualmente, uma média de 400 grupos horizontalmente interligados (BELLUCCI, 2014). Essa disposição foi muito influenciada pela ocasião que deliberou seu plano de implementação, o 17º *Encuentro Nacional de Mujeres* (ENM), realizado em Rosário no ano de 2003. Ali, promoveu-se a Assembleia Aborto Legal¹, inspirada nas políticas dos levantes de rua de 2001,

¹ Essa Assembleia consistiu em um arranjo deliberativo conjunto, em que se discutiam as resoluções de cada grupo de trabalho do ENM entre todas as pessoas participantes, com igual direito de voto, de modo a instituir estratégias unificadas para a difusão da defesa do aborto. O espaço foi estruturado desde 2002, por meio de encontros em centros culturais de Buenos Aires, caracterizando-se pela heterogeneidade de agremiações e trajetórias políticas: “Entre outros presentes estavam a *Comisión por el Derecho al Aborto*, *ATEM*, *Foro por los Derechos Reproductivos*, *Mujeres al Oeste*, *Feministas Inconvenientes*, *Las Fulanas*, *Pan y Rosas* (do Partido dos Trabalhadores Socialistas), *Partido Obrero*, *Mujeres de Izquierda*, *Partido Comunista Revolucionario*, *Movimiento de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón* e *Amas de Casa del País*. Essa diversidade, inclusive em termos de idade, enriqueceu o debate e colocou em tensão as formas de fazer política” (TARDUCCI, 2018, p. 5).

quando agremiações coletivas e temporárias foram formadas com o intuito de organizar a ocupação de fábricas e bairros inteiros no contexto de crise inflacionária que sucedeu a década de dolarização financeira da administração de Carlos Menem (1930-2021), eleito em 1989 (ROMERO, 2016, p. 347-348).

Em 2006, a CNDA propôs uma ata pública de projeto de lei, recolhendo assinaturas nacionalmente para tentar sua homologação no Congresso. Sem sucesso, a organização voltou a peticionar um projeto em 2010, dando início a uma sequência de oito votações parciais na Câmara de Deputados, individualmente derrotadas. Entre 2018 e 2020, o processo se acelerou, primeiro com uma aprovação extraordinária que permitiu o encaminhamento final ao voto do Senado; e, depois do rechaço deste, com o ganho integral em dezembro de 2020 (ALCARAZ, 2018). O furor de lenços verdes que tomou as ruas das diferentes regiões da Argentina no período foi acompanhado da difusão da insígnia “aborto, uma dívida da democracia”.

Se na experiência de militância de *Ni Una Menos* vemos a consolidação de práticas assembleárias tributárias dos movimentos de rua e altermundistas do começo dos anos 2000, no âmbito da CNDA, há outra presença histórica moduladora de suas retóricas - o emblema da dívida é uma das tomadas de continuidade em relação ao programa de lutas estruturado pela *Comisión por el Derecho al Aborto*, órgão fundado em 1988 por Dora Coledesky, militante socialista; Safina Newbery, antropóloga e ativista lésbica; Silvia Coppola, médica; Rosa Farías e Alicia Schejter, enfermeiras; Laura Bonaparte, psicóloga e integrante da organização *Madre de Plaza de Mayo Línea Fundadora*²; e Alicia Cacopardo, médica (MANZONI *et al.*, 2017, p. 2). O grupo foi reunido a partir de uma série de encontros de discussão promovidos pela *Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer “25 de noviembre (ATEM-25)*, agremiação feminista de corrente socialista fundada na redemocratização do país, após uma primeira centralização dos debates sobre legalização na edição inaugural dos *Encuentros Nacionales de Mujeres (ENM’s)* (Buenos Aires, 1986)³ (BELLUCCI, 2014, p. 308).

² Ao longo da existência da CoDeAb e, posteriormente, da CNDA, algumas Madres de Mayo entraram para o movimento. Além disso, a relação entre os movimentos foi intensificada com a escolha iconográfica dos *pañuelos* verdes, que reproduzem em seu centro a gravura dos lenços brancos das mães. A apropriação está vinculada a uma estratégia discursiva de luta pela vida, em que as mortes evitáveis por abortos inseguros passaram a ser reivindicadas e rememoradas como violências de Estado à semelhança daquelas do período ditatorial. Para um aprofundamento dessas relações, ver: LONGONI, 2021 e QUINTANA e BARROS, 2020.

³ É importante notar que tanto o espaço dos *Encuentros Nacionales de Mujeres*, quanto a ATEM-25 se estruturaram na conjuntura da abertura democrática de 1983/1984. A distensão midiática e cultural do pós-ditadura favoreceu a consolidação de organizações de mulheres e feministas, processo fomentado, igualmente, pelo retorno significativo de

A dimensão autonomista - a qual podemos entender como um afastamento feminista a infraestruturas estatais, partidárias e sindicais (FERREIRA, 2018, p. 169) — que fomentou os espaços de discussão ecoa através de outros gritos marcantes da onda verde, como “aborto seguro e livre já” e “sobre o nosso corpo não decidem nem a Igreja nem o Estado” (ALCARAZ, 2018, não p.). Paradoxalmente, pareceu prevalecer o já regionalmente conhecido lema “educação sexual para decidir, anticonceptivos para não abortar, aborto seguro para não morrer”, também veiculado pela CoDeAb nas décadas de 1990 e 2000.

Em vista da magnitude mobilizatória recente da CNDA, buscamos, nesta pesquisa, identificar quais proposições argumentativas e táticas foram concebidas desde a *Comisión por el Derecho al Aborto* de modo a viabilizar a solidificação contemporânea da pauta. Ao mesmo tempo, também essas bases atuais de defesa pró-aborto apontavam para a existência de retóricas dissonantes de significação da demanda - entre reivindicar o direito já dispondo de um senso de apropriação do corpo e fazê-lo sob a justificativa sensibilizante da necessidade mínima de redução de mortes, coloca-se uma lacuna de concessões morais.

A tenacidade autonomista que retomamos acima sugere um engajamento ativo com esse valor por parte dos movimentos argentinos. Diante dessa perspectiva contrastiva, procuramos, igualmente, analisar as conformações históricas das discursividades postuladas pela CoDeAb. Aplicamos os objetivos de investigação ao trabalho com os dezesseis volumes de *Nuevos Aportes*⁴, encarte publicado pelas comissionadas até 2007. Se em sua criação predominaram pretensões articulatórias focalizadas⁵, as duas décadas de militância que tecem o material, constroem consigo a

militantes socialistas que se encontravam, até então, exiladas na França, no Brasil e no México, e em contato com os debates sobre emancipação e soberania do que se nomeia por “segunda onda feminista” (TARDUCCI, 2018, p. 2). O espaço aberto pela redemocratização possibilitou o questionamento explícito das políticas de gênero da doutrina militar, centrado em uma matriz de feminilidade doméstica e de uso massivo das violações sexuais como aparato disciplinar (BARRANCOS, 2019). Ainda assim, os governos pós-1983 assumiram uma postura incompleta em relação aos feminismos, incorporando representações formais de igualdade, por meio da instituição de ministérios e agências governamentais voltadas às mulheres, sem concretizar demandas materiais ou o ajuste de códigos jurídicos (BROWN, 2008). Pela influência dos debates internacionais e pelas reivindicações cotidianas das argentinas, o aborto se tornou uma pauta central dos feminismos da redemocratização, sendo defendido em periódicos feministas de meados da década de 1980, como *Alfonsina* e *Alternativa Feminista* e impulsionado pelos coletivos auto-organizados.

⁴ COMISSIÓN PELO DERECHO DEL ABORTO. s/d. *Nuevos Aportes*. Disponível em: <http://tinyurl.com/nuevos-aptortes-I-XVI>. Acesso em: 30 jan. 2024.

⁵ Segundo define a nota editorial de encerramento do primeiro volume ao explicar que a publicação objetivava “tornar conhecido seu pensamento, divulgar dados, estatísticas, feitos e opiniões sobre o tema [...] para que esse tema controverso e oculto do aborto, que afeta todas as mulheres, seja público, para que seja conhecido, debatido e assumido por nossa sociedade” (N/H, 1989a, p. 29)

pluralização autonomista que desemboca no entrelaçamento da *Comisión por el Derecho al Aborto* com os movimentos contemporâneos. Encarando a completude crítica alicerçada pelas militantes no último editorial que escrevem, essa relação se sedimenta de maneira patente:

Teríamos que revisar inclusive essa denominação, da “esquerda”, assim como questionarmos outras ideias. [...] Quais são os atuais sujeitos sociais, as e os atuais protagonistas? São as e os mesmos do período do fordismo? Se não revisarmos todos esses conceitos, seguiremos nos movendo sobre prerrogativas viciadas, [...] sem poder desempenhar um papel de desenvolvimento dos movimentos sociais. [...] Encontramos muitos atores sociais que produzem diversos questionamentos. Desde as vizinhas que se juntam para defender seu rio, as travestis que se organizam para defender seu direito à identidade, até as mulheres que se opõem a ser mais uma mercadoria. Elas se autoconvocam apesar da força que ainda apresenta o regime capitalista patriarcal. A Campanha obteve êxito e permite que avancemos enquanto corrigimos e melhoramos as ações. No país existem poucos movimentos com esta diversidade, diversidade que devemos sustentar e respeitar. E, sobretudo, não perder a autonomia, quaisquer que sejam os acordos feitos (N/H, 2007b, p. 3).

Em contraste, os excertos posicionam uma margem de deslocamento enunciativo sobre as concepções de sujeito e de mundo - a premissa de um movimento político societário encarnado sobre vozes determinadas espalha-se para a autodeterminação radical investida no desmonte dos consensos de naturalidade humanista, especialmente evidente na conjugação da crítica à expropriação corpórea de mulheres à de violência anti-travestis. Corpo, gênero, sexualidade, subjetividade são, aí, dimensões as quais o movimento interpela e de que se apropria. Ponderar as atuações da organização e seus vieses transformativos demanda, portanto, uma abordagem construtiva desses conceitos.

Lentes teórico-metodológicas

No âmbito metodológico, fundamentamos os procedimentos de análise na temporalização do boletim e das atividades da CoDeAb, considerando, igualmente, o papel desempenhado por seus mecanismos técnicos. Para isso, mobilizamos Regina Beatriz Neto, que articula a conceituação de “tempo presente” a partir das obras de Koselleck, para quem essa dimensão é tanto um ponto de diferenciação, segundo interesses imediatos, de passados considerados externos, quanto uma esfera continuamente produzida por atravessamentos de diferentes temporalidades (NETO, 2014, pp. 35-37 e pp. 62-63). Sônia Meneses argumenta que, diante da instabilidade de temporalização do presente, mídias impressas e digitais exerceriam uma espécie de “jogo de regulação” na constituição de

cotidianos sociais (MENESES, 2014, pp. 255-256). Tania Regina de Luca corrobora a necessidade, apontada por Meneses, de se perscrutar as coesões factuais usualmente atreladas a materiais periódicos. É a partir da década de 1970 que teria se consolidado uma preocupação metodológica com o mapeamento de intencionalidades discursivas dos veículos. As características formais e quantitativas dos encartes, figuram, nesse sentido, como limiares para o exame dos projetos editoriais (LUCA, 2008, pp. 140-141).

Em Regina Aída Crespo, notamos um afunilamento dessas diretrizes, com uma abordagem dedicada à categoria das revistas⁶ (CRESPO, 2011). Sua caracterização contribui especialmente para a compreensão das atuações desempenhadas pelos comitês da chamada imprensa alternativa. A expressão designa os veículos de produção e circulação artesanal, não mercadológica, fundados no período de 1960 a 1980 que tinham por intuito fazer frente à grande mídia e a suas contenções autoritárias mediante a disseminação de valores contraculturais (TORRES e VIDAL, 2020, pp. 495-497).

No Brasil, estima-se em cerca de 150 os impressos que estiveram na resistência ao regime ditatorial de 1964 (TORRES; VIDAL, 2020, p. 495). Da cifra, pelo menos 32 ligavam-se à imprensa feminista, ramificação dos encartes alternativos que reunia publicações autodeclaradas com o termo e aquelas concebidas pelos movimentos “de mulheres” (ATHAYDE, 2010, p. 18). Segundo apontam Maria Cristina de Oliveira Athayde (ver ATHAYDE, 2010, pp. 31-34), e Marina Solon Fernandes e Márcia Vidal (TORRES e VIDAL, 2020, p. 497), ela fomentou redutos de conscientização feminista, orientados pela problematização predominantemente marxista da dominação sexista, do patriarcalismo e da divisão sexual do trabalho, de forma a coadunar ao esforço por redemocratização mudanças politicoculturais para a sociedade. *Brasil Mulher* (1975-1980), dirigido por militantes da anistia; *Nós Mulheres* (1976-1978), editado por uma comissão autônoma de jornalistas e militantes; e *Mulherio* (1981-1989), um projeto das pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, foram alguns de seus expoentes, rebatendo diretamente os modelos das “revistas femininas” (TORRES e VIDAL, 2020, pp. 501-502 e p. 507). Na Argentina, *Persona* (1974-1975), revista do *Movimiento de Liberación Feminista* (MLF, 1972-1976), promoveu um espaço articulatório semelhante, fomentando debates com

⁶ Crespo ressalta o perfil de direcionamento temático delas, culturalmente modulado por transformações, rupturas sociopolíticas, e pelos engajamentos dos núcleos editoriais, entendidos como polos de interpelação de discussões (CRESPO, 2011, pp. 110-114).

base nas obras de Kate Millet e Simone de Beauvoir, em um engajamento teórico que retomava os moldes da imprensa libertária de 1920 (ATHAYDE, 2010, p. 37 e pp. 49-50; LESSA, 2008, p. 303).

Posteriormente, *Alfonsina* (1983-1984), *Alternativa Feminista* (1985-1986) e *Feminaria* (1988-2007) fizeram uso das arenas comunicacionais para firmar mobilizações feministas durante o retorno democrático de 1980, estruturando provocações em torno da maternidade, das sexualidades e das imagens de gênero (OLIVEIRA, 2019, p. 138). Desse modo, situamos *Nuevos Aportes* em proximidade ao legado latino-americano das revistas alternativas, destacando, ainda assim, a finalidade financeira segundo a qual o veículo foi concebido - ele se inicia com o intuito de prover fundos para a viabilização dos projetos da CoDeAb⁷ (POR QUE, 1990, p. 2). Essa vinculação, permite estabelecer potenciais justificativas para a carência de regularidade nos lançamentos⁸.

A dificuldade em arcar com uma circulação frequente é diretamente mencionada e se entrelaça, ainda, à atmosfera de adensamento de precariedades denunciada no decorrer das edições - em 2001 vemos o colapso econômico argentino degradingolar com a crise de moratória e, simultaneamente, um desaparecimento do encarte, somente retomado em 2004 (N/H, 2004b, p. 2). Nos três últimos anos de atividade, a publicação volta a ganhar contornos robustos, com longas extensões e a incorporação massiva de contribuições externas - desde entrevistas à reprodução de artes visuais do contexto global, a exemplo da conversa “Aborto voluntário - subverter a ordem da dominação-subordinação”, com a antropóloga uruguaia Susana Rostagnol (ROSTAGNOL, 2005, pp. 4-5). Eles coincidem, não aleatoriamente, ao período de firmamento da Campanha Nacional, sugerindo, portanto, a efetiva consistência da CoDeAb em uma conjuntura de coligações nacionais recrudescidas após o ENM de 2003.

⁷ Por conta disso, o veículo foi produzido de modo caseiro em um primeiro momento. As militantes datilografaram os três primeiros volumes e fizeram impressões em sulfite. A partir da quarta edição, o grupo conseguiu apoio de um jornal cultural que já comercializava encartes nos *Encuentros Nacionales de Mujeres* (ENM's) (BELLUCCI, 2014, p. 308). Entre 1990 e 1997, os ENM's foram o principal espaço de venda de *Nuevos Aportes*, direcionando-se, portanto, a um público também militante, em grande parte integrado à Educação secundarista e superior, mas não necessariamente próximo da causa abortista. Um público mais amplo, de trabalhadoras urbanas, foi acessado pela estratégia de distribuição do boletim nas ruas do centro de Buenos Aires. Como indicam algumas menções das integrantes a eventos em províncias do interior (caso Romina Tejerina, de Córdoba, ver: N/H, 2007a, pp.16-17), parte do alcance de do veículo foi cultivado entre ativistas e coletivos feministas já estabelecidos das demais cidades argentinas.

⁸ Nos sete primeiros anos da organização, *Nuevos Aportes* acumula edições trimestrais e semestrais, em um provável indício dos esforços de constituição pública sólida do projeto político defendido. Ao final da década de 1990, o fôlego das comissionadas aparece atrelado à extensão dos materiais divulgados, que, segundo desenvolvermos a seguir, consistiram, preponderantemente, em reportagens internacionais e artigos-manifesto.

Ao investigar os legados do boletim *Chanacomchana* (1981-1987), do Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF), Patricia Lessa destaca, junto ao viés de tessitura mobilizatória costurado pelo repasse manual das encadernações nos bares e grupos de reunião de São Paulo, sua capacidade de reinvenção de “sentidos do sujeito lésbico”, agregada a partir da rebeldia contra os discursos lesbofóbicos, da afirmação de si e do amor insurgente (LESSA, 2008, pp. 3010-313). Estes entes fundiram no boletim margens para a constituição diferencial das próprias militantes, caso de Rosely Roth, que, morta prematuramente, foi construída como lampejo de radicalidade lésbica pelos olhares aventados no boletim subsequente *Um Outro Olhar* (1987-1990). Julia Oliveira identifica potenciais construtivos análogos em relação às revistas argentinas *Brujas* (1981-1996) e *Cuadernos de Existencia Lesbiana* (1987-1996), em que a autonomia denominada anti-patriarcal, de recusa ao Estado, e a lesbianidade política aparecem, respectivamente, como motrizes dos projetos editoriais e de seus enlaces nas militâncias (OLIVEIRA, 2019, pp. 202-206 e pp. 288-292). É possível distender esse escopo para *Nuevos Aportes*, avaliando sua estruturação midiática: por essa direção, consegue-se enfocar, por exemplo, as tonalidades de desestabilização de paradigmas que estruturam textos como “O aborto não é só uma questão religiosa - respondendo a um artigo de *La Nación*” (COLEDESKY, 2004, pp. 9-10), contestador justamente da relação de isonomia universalista e racionalmente amparada de peças midiáticas referentes aos embates políticos por aborto. Dispõe-se, portanto, um limiar interrelativo de sobreposição entre questões estético-formais e de enunciação feminista.

Com base nisso, realizaremos as análises do periódico a partir de uma catalogação temática que envolveu a classificação de cada texto dos diferentes volumes segundo as seguintes categorias de mapeamento: a) textos contrainstitucionais (de crítica à Igreja ou ao governo, por exemplo); b) materiais de apoio a outros movimentos sociais; c) circulação de conteúdos internacionais de inspiração para a luta pró-legalização, e, em contraposição, d) circulação de conteúdos internacionais no sentido de denúncia de violências; e) reprodução de artes, cartoons e textos literários de artistas não integrantes da comissão; f) textos pró-aborto com argumentação convencional ou institucionalmente alinhada (destacando aspectos de saúde pública, entre outros); assim como, também por contraste, g) textos pró-aborto com argumentação emancipacionista (no sentido de reivindicação corporal, entre outros); e, h) materiais alinhados à criação de infraestruturas de autonomia (como circulares de encontros feministas, protestos e recomendações para acesso a

abortos clandestinos seguros).

A definição dessas categorias se orienta pela identificação dos movimentos sociais como agentes de transformação das formas de mundo também pelo deslocamento dos domínios político-discursivos. Desde a segunda metade do século XX, os feminismos, os movimentos homossexuais e as militâncias negras atravessam as esferas de produção teórica encampando outras práticas de vida e, simultaneamente, marcando os mecanismos de poder da modernidade para além da problemática classista (VIEIRA, 2019, pp. 170-172). Logo, os movimentos provocam “uma nova maneira de problematizar a História, de pensar o evento e as categorias através das quais se constrói o discurso do historiador. Não uma discussão sobre a narrativa propriamente dita, mas sobre as bases epistemológicas de produção da narrativa enquanto conhecimento histórico” (RAGO, 1995, p. 72).

Entendendo que a subjetivação se dá em um jogo produtivo entre negação de determinadas técnicas de poder e a persistência de regulações normatizantes (FOUCAULT, 1995, p. 241), os posicionamentos frente a instituições e governos podem ser interpelados como quadros constitutivos dos entendimentos subjetivos de si e, ainda, dos desejos políticos de redefinição das posições de existência, razão pela qual a categorização prioriza separar os materiais de acordo com o tipo de construção discursiva e de apoio político prestado à luz das filiações normativas.

Tal perspectiva, junto da segmentação de eixos de discussão sobre autonomia, permite ainda desdobrar uma analítica de gênero engajada com a efetividade crítica da desnaturalização da tríade coesiva sexo-gênero-desejo articulada por Judith Butler. A linearidade binária e heterossexual das identidades - sustentada pela psicanálise e pela antropologia através da sobreposição mimética natureza/cultura - é fraturada pela autora à medida que aponta para a inexistência de factuais pré-discursivas do sexo (BUTLER, 2003, pp. 24-25; p. 39 e pp. 142-143).

Para Butler, a assimilação das sistemáticas regulatórias de sexo-gênero está acoplada à própria materialização corporal, isto é, à significação sexo-política de matérias corpóreas (BUTLER, 2019, pp. 22-23). Reconhecendo a historicidade de práticas disciplinares e os impactos citacionais de formas jurídicas de representação pública, a autora define a noção de gênero pela figura de “estilos corporais”, temporal e publicamente *performatizados* (BUTLER, 2003, pp. 200-201). Em um adensamento de sua reflexão, Butler propõe, no recente *Corpos em Aliança*, de 2018, a possibilidade de uso do mecanismo da performatividade para provocar modos de visibilidade e *status* de

reconhecimento capazes de reverter os regimes de vulnerabilização e hierarquização corpóreas⁹.

Admitir a constante performatização do gênero e de seus entrecruzamentos com os domínios de sexualidade por meio de técnicas, tecnologias e dispositivos reforça a preocupação com um mapeamento das enunciações e práticas corporais pelas quais o aborto tem sido locucionados pelas militâncias. Assim, desenha-se uma arquitetura analítica feminista de pesquisa empenhada em examinar como ativismo, autonomia e as performatividades de gênero se conectam, consolidando um olhar detido às imbricações produtivas entre defender o aborto, corporificar-se e constituir políticas de corporalidade subjetivada a elas vinculadas¹⁰.

Legalizar o aborto - uma defesa performativa?

“Eu aborto, você aborta, todos calamos” é a frase de capa do décimo primeiro volume do boletim *Nuevos Aportes* (PORTADA, 1997, p. 1). Retirada de um cartaz dos guichês de panfletagem e protesto que as integrantes instalavam semanalmente, a partir das 17:00 de todas as segundas-feiras, na esquina das movimentadas avenidas centrais Rivadavia e Callao (ALCARAZ, 2018, não p.), a sentença tem um tom provocativo frequentemente retomado ao longo do volume. Eleonor Aquino (1997, p. 8), escritora, o reforça explicitamente com o artigo “Quando dizemos...”. As reticências ocultam do título a expressão “eu abortei”, foco da autora por influência dos movimentos de abaixo-assinados de mulheres públicas iniciados duas décadas antes, nas pressões de francesas pela Lei Veil¹¹ de legalização.

A chamada funciona como uma conclama coletiva a fim de gerar uma “grande força de mudança” através do dessilenciamento e, simultaneamente, como uma insubmissão ativa, crítica de uma série de poderes morais: “a igreja tem nos chamando de corruptas e assassinas àquelas de nós que admitiram abertamente ter abortado, mas não lhes vimos se pronunciarem em relação aos

⁹ Para um entendimento mais completo da discussão sobre performatividade, ver BUTLER, 2018, pp. 65-66.

¹⁰ Embora não detalhada aqui pelo limite de extensão do texto, uma rota profícua que pode ser pensada pela lente da performatividade diz respeito às corporalidades resultantes dos processos de normatização pelo dispositivo racial, que materializa condições diferenciais de generificação e de vivências sexuais. O destrinchamento conceitual desse caminho foi realizado, nos anos 2000, por ser visto em MIÑOSO, 2007, pp. 81-104, evidenciando alguns dos trânsitos de recepção e translocação de teorias que também atravessam este trabalho.

¹¹ Aprovada em 1975, determinava a despenalização de abortos voluntários realizados até a décima semana de gestação (BURTON, 2017, p. 6).

genocidas da ditadura” (AQUINO, 1997, p. 8). Ao retomar a memória de uma violência coletiva para pontuar a hipocrisia de quem atacava as feministas, Aquino afirma o aborto fora de uma lógica de concessão recriminante, o que se consolida no trecho “não só tomamos uma decisão sobre nosso corpo, senão que também temos a ‘desvergonha’ de admitir, o que fazemos sem nos sentirmos destruídas pela culpa e pelo arrependimento” (*Ibidem*).

A enunciação desimpedida reverbera um poder de ação corporal (SUTTON, 2011, p. 899). Este se manifesta como mecanismo de contraposição à zona de abjeção constituída pelos regimes de criminalização e clandestinidade, identificados como reforçadores da biopolítica de reprodução da ordem institucional democrática (*Ibidem*, pp. 891-892). Com isso, Eleanor Aquino desloca a militância para fora das linhas estritas de embate por responsabilização do Estado. Conquanto o ideal de dessilenciamento permeasse as atuações da CoDeAb - segundo se nota cinco anos antes, com a manchete “Basta de silêncio! As mulheres fazem suas vozes serem ouvidas na cara do Congresso” - não necessariamente englobava uma incorporação performativa da causa (BUTLER, 2019, p. 31). Os textos voltados à apresentação da organização, na capa inaugural, escancaram esse contraste: “antes de tudo, tem-se que destacar que ninguém aborta porque sim, ou porque quer, sempre é um último recurso desesperado”, afirma a médica Silvia Coppola (COPPOLA, 1989, p. 2)¹².

Nesse primeiro momento, parece tomar lugar, entre as integrantes, uma inserção preponderante nas discussões de saúde pública, acentuada pelas demais apostas retóricas, que se concentraram na difusão de estatísticas sobre os custos da criminalização - com base no número de internações requisitadas após casos de septicemia - e sobre a alta letalidade, estimada no levantamento “O aborto em cifras”, de Nadine Osidala, em 43% do total de mortes de gestantes (OSIDALA, 1989, p. 5). O lema elaborado traduzia, então, uma proposta de ação que compartilhava, em seus objetivos, uma proximidade com a conscientização popular no âmbito reprodutivo, sob premissas de dignificação social e segurança psíquica - “por isso, nós mulheres pedimos: anticoncepcionais para não abortar, aborto legal para não morrer” ocupará, no formato de slogan, diversas páginas de *Nuevos Aportes*, sendo, ainda, centralizada nos encontros públicos, caso do VI

¹² Também, apelando a uma semelhante sensibilidade pública, a psicóloga Laura Bonaparte manifesta quase de forma confessional: “quando pensava em escrever sobre o ‘direito de escolher’, mil argumentos me passavam pela cabeça. Havia algo, todavia, que batia mais forte. Era a palavra ‘clandestinidade’. Clandestino...impunidade, exercer poder sobre um corpo desvanecido ou inerte, sem possibilidade de se defender, de protestar” (BONAPARTE, 1989, p. 8).

Encuentro Nacional de Mujeres (ENM), que ocorreu na cidade de Mar del Plata, em 1991. Ali, ele foi tema do estande da agremiação e de suas participações no simpósio “mulher e saúde”, que o divulgou oficialmente¹³ (N/H, 1991, p. 2).

Se essa edição do espaço autonomista argentina tinha alcançado a significativa cifra de seis mil participantes, também as esferas internacionais de discussão feminista demonstravam um afincado mobilizatório. Ao final de 1990, 2500 ativistas tinham comparecido à cidade de San Bernardo, no litoral da província de Bs. As., por ocasião do V Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe (EFLAC). As comissionadas replicam em êxtase a declaração redigida pelo grupo de trabalho que haviam coordenado em parceria com o grupo uruguaio *Católicas pelo Direito a Decidir*¹⁴ (CDD) (N/H, 1991b, p. 3). O documento não transparece, contudo, qualquer homogeneidade. Embora enumere futuras táticas de defesa do aborto, a exemplo da convocação de uma coordenadoria regional para a causa, a ata realiza enlaces categóricos que presumem uma universalidade ontológico-corporal dos feminismos pela totalização de experiências heterocentradas, demandando de maneira coadunada educação sexual preventiva a gestações e condições de exercício de maternidade. Seu final costura essa relação de dissolução do tema - “chamamos todas as organizações e instituições que trabalham com Direitos Humanos para que incorporem em suas agendas os Direitos Reprodutivos” (N/H, 1991b, p. 4).

Os entes lembrados pela convocatória dão a ordem da disputa em curso - observamos o uso diferencial de “organizações”, termo aplicado a núcleos de gestão própria, e “instituições”, expressão contemplativa de espaços oficiais, como órgãos de governo, mas também das ONG’s, que, formalizadas juridicamente, atuavam em coadunação com os primeiros. A promoção dos EFLAC’s, que já implicava desde o início de 1980 discussões acerca da coerência de inserção institucional dos feminismos na conjuntura continental de redemocratização, foi um epicentro de rearranjos

¹³ Fotografias desse momento podem ser conferidas em: *Nuevos Aportes sobre Aborto*, v. 6, 1991, p. 1. Disponível em: <http://tinyurl.com/nuevos-aportes-aborto-1991>. Aceso em: 30 de Set. de 2022.

¹⁴ O grupo foi fundado pela médica feminista Cristina Grela em 1989, após o contato dela com as ações da organização estadunidense *Catholics for Free Choice*, criada nos anos 1960. A CDD se ramifica para o Brasil no ano seguinte por meio da aproximação entre Grela e a teóloga brasileira Ivone Gebara. Na Argentina, sua institucionalização ocorreu em 1993, fruto de interlocuções entre essas ativistas e a militante Marta Alanis. Posteriormente, a organização foi uma das articuladoras da CNDA (ESCUADERO-RAVA, 2008). No entanto, sua posição é objeto de críticas contundentes por parte de coletivos de ação radical de rua e queers, uma vez que impôs entraves a uma defesa da legalização do aborto sem tempo gestacional limite e não problematiza de maneira efetiva as violências impostas às existências dissidentes; ver MINES *et al*, 2013.

geopolíticos em 1990¹⁵. No pós-Guerra Fria, estes foram protagonizados pela premissa desenvolvimentista de governabilidade mundial da Organização das Nações Unidas, forjada sobre “dispositivos participativos” (FERREIRA, 2018, p. 152). O apadrinhamento a instâncias de discussão de questões de gênero e raça operou uma progressiva uniformização de campanhas, seguindo um ideário neoliberal de sustentabilidade de mercado e gestão populacional e infligindo, assim, um desmantelamento sucessivo de movimentos autônomos, dado o privilégio financeiro e participativo cedido a ONG's (*Ibidem*, pp. 155-157).

A própria noção de gênero - que circulava academicamente já em um sentido de tensionamento das cristalizações históricas de identidade e poder (SCOTT, 1995; MCLAREN, 2016, pp. 168-169) — é tangenciada a serviço de uma desradicalização feminista, que passa a transferir para o vocábulo, de forma paradoxal, um fundo de enquadramento objetivo e científico restrito a um “sujeito mulher” (OLIVEIRA, 2019, p. 300). O apassivamento linguístico denotado pela terminologia “direitos reprodutivos” segue esse mesmo limiar, invocando a disseminação de um projeto político aglutinado verticalmente pelo Movimento Internacional de Mulheres e Saúde, sediado em Londres e Amsterdã a partir de 1984¹⁶ (BELLUCCI, 2014, p. 285).

À medida que tal “giro héterocolonial” se projeta, a CoDeAb articula reações. Entre 1994 e 1999, já não mais nos deparamos com adesões cordiais às pautas de “direitos reprodutivos”. “Talvez com a intenção de atenuar o efeito irritante que esses temas geram, se utilizam terminações eufemísticas que podem transmitir significados equívocos”, escrevem as militantes Mabel Darnet e Liliana Pelliza, ironizando a manifestação semiótica normativa de se aludir à “procriação” para tematizar o aborto (DARNET e PELLIZA, 1996, p. 9). Por que falar em “mortalidade materna” e

¹⁵ Os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe se iniciaram em 1981, com uma primeira edição na Colômbia, e seguem ocorrendo com periodicidade de bi/trienal e rodízio de sedes. Sob o fôlego das discussões travadas desde 1975, no Ano Internacional da Mulher convocado pela ONU e a Conferência de Copenhagen (1980), as lideranças latino-americanas consideraram necessário promover um espaço para a convergência de diálogos a nível regional. Nesse momento, era essencial aos movimentos estabelecerem uma esfera sólida de deliberação que fosse independente dos partidos de esquerda, que limitavam os formatos e pautas de reivindicação a seu favor. Com a progressão dos acordos de Cooperação Internacional entre agências nortistas e grupos latino-americanos, a organização auto-financiada das três primeiras edições passou a ser substituída pelo modelo dos financiamentos externos (ALVAREZ *et al*, 2003). Ainda assim, o espaço seguiu disputado pelos autonomismos, como expresso pelas mobilizações paralelas em favor de assembleias lésbico-feministas antirracistas no EFLAC de 1987 (KUMPERA, 2021).

¹⁶ O movimento foi convocado pela *International Campaign for Abortion Rights* (Campanha Internacional pelo Direito ao Aborto), associação de socialistas europeias e militantes latino-americanas em exílio. A partir das reuniões em Londres e Amsterdã, feministas africanas e asiáticas se integraram à agenda (VAN DER KLEIJ, 2009).

“saúde reprodutiva” se querem, justamente, a sublimação das relações que levam a isso? Darnet e Pelliza estruturam questionamentos nesse mote que recebem, como resposta desinibida de ambas, o parecer: “poder dizer as coisas por seu nome pode ter também um efeito libertador”. A sublevação linguística delas passa a ser coletivamente exercida no editorial de 1997, no formato de um incômodo com o XI ENM, por sua fixação com a Lei de Procriação Responsável¹⁷, e, igualmente, com o VII EFLAC, realizado no Chile (N/H, 1997a, p. 3). Este último foi concebido segundo uma insistência autonomista de grupos como *Puntada con Hilo*, o que ajuda a explicar seu privilegiamento da defesa específica da legalização (OLIVEIRA, 2018, p. 238). Ainda assim, a crescente limitação de fundos dos grupos não institucionalizados e, em paralelo, um aceite favorável ao reformismo e à partidarização entre representantes brasileiras acarretaram o cenário de desmobilização criticado pelas comissionadas (N/H, 1997a, p. 3).

Nos dois anos seguintes, a tônica sublevada permanece, apontando, cada vez mais, para o recrudescimento de um projeto teórico-político autêntico: ao celebrar 10 anos de existência, a organização dá destaque a “algumas precisões teóricas que não são superficiais nem efêmeras” (N/H, 1998a, p. 3), entre as quais elenca sua oposição à nomenclatura dos direitos reprodutivos, em um sentido de autoafirmação engajado tanto com uma suficiência tática, notável em seu desprezo pela ONU. Outro indício do asseveramento de sua proposta de militância está na cláusula de postulação da legalização em lugar do ideal descriminalizante (N/H, 1998a, p. 4). A premissa é alargada no comunicado “Com que direito? Quem as deu representatividade?”, em que condenam a alteração do Dia pelo Direito ao Aborto pela denominação Dia pela Despenalização do Aborto, implementada pela *Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe*¹⁸ (N/H, 2000a, p. 6). Identificamos, mais uma vez, um interesse afinado de crítica a projetos de perfil concessivo. Coordenar um impulso reivindicatório especificamente pró-aborto, compromissado com sua universalização de acesso responde a anseios de reação a desigualdades de classe levantados nos

¹⁷ A principal crítica das comissionadas dizia respeito à finalidade maternalista da lei (n. 25.673), que, incluindo uma tônica de garantia aos direitos sexuais e reprodutivos, previa a proteção integral das pessoas gestantes, abrindo margens para contestações às cláusulas mínimas de aborto legal (BURTON, 2017, p. 6).

¹⁸ A RSMLAC foi criada em 1986 e se denomina uma organização dedicada à implementação de agendas de direitos e resoluções internacionais a partir de uma política de cidadania e empoderamento, cooperando com “organismos do sistema da ONU, agências de cooperação internacional, outras ONG’s e grupos de especialistas” (RED de Salud, 2023). Atualmente, ela agrega redes nacionais da Argentina, Bolívia, Guiana, Honduras, Porto Rico, e Brasil, caso da Rede Feminista de Saúde (RFS).

discursos iniciais anti-clandestinidade, sem deixar de alavancar um agir próprio desestabilizador.

Considerando os referidos meandros de um neoliberalismo internacionalizado em diálogo com Johanna Oksala (2011) e o dispositivo foucaultiano de governamentalidade, delinea-se, em relação às atuações da CoDeAb, uma matriz de subjetivação contrária à racionalidade de individualização, feminilidade e de incorporação institucional verificada entre vertentes feministas liberais do Norte Global e nas ONG's e tecnocracias de gênero da América Latina (OKSALA, 2011, pp. 115-116). Esses aspectos ramificam-se no escopo interno da vida política argentina da década de 1990. Carlos Menem, presidente entre 1989 e 1999, se elegeu sob a munição das dinâmicas do *star system*¹⁹, apelando a uma privatização da vida pública. Ou seja, pela inserção de seus anseios, deslumbres e afetos enquanto critérios de regulação e discussão pública (SARLO, 1997, p. 130). Por essa ótica, podem ser analisadas suas demonstrações públicas de apoio ao Vaticano e às Forças Armadas estadunidenses, ambos âncoras de apoio externo e, em relação aos EUA, de aliança mercadológica sob acordos de dolarização. Juntos, os apoios engendraram um projeto de modernidade nacionalista ocidental, disseminando retóricas de progresso argentino através de uma entrada no “primeiro mundo”.

Dora Coledesky, já em março de 1993, estremece essas ambições: “tratam de se assemelhar enviando tropas ao Golfo, o que significa se igualar à parte mais bárbara disso, mas não nos direitos e liberdades, como o direito das mulheres em decidir sobre si mesmas. Nisso, seguiremos nos igualando ao quarto mundo, ou melhor, a fora do mundo” (COLEDESKY, 1993, p. 4) A ironia de exagero em remeter a uma classificação inexistente de sociedade aparece como recurso de explicitação da impossibilidade de convívio com os controles do menemismo.

Estes consistiam, eminentemente, na chamada “Cláusula de Barreira”, apresentada para compor a Constituição que seria votada em 1994. Apoiada pelo clero nacional, mas tampouco recusada por outras candidaturas, caso de parte das deputadas eleitas por intermédio da Lei de Cotas (1991)²⁰, a medida determinava a proibição do aborto em qualquer circunstância, tal qual a das

¹⁹ Para Beatriz Sarlo, um modelo de governança midiático e *anti-establishment*, que se implementa a partir do final de 1980 com figuras apelativas como Ronald Reagan (1911-2004) e suas frequentes demonstrações militaristas; ver SARLO, 1997.

²⁰ A medida previa que pelo menos 30% das listas de cargos legislativos deveriam ser ocupadas por mulheres, inaugurando um dispositivo de discriminação positiva por gênero inédito no contexto latino-americano (BURTON, 2017, p. 6).

políticas de distribuição de meios contraceptivos, e foi base para o veto do país ao reconhecimento de direitos sexuais na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo²¹, realizada em 1994. Alicia Schejter e Pastora Campos se levantam contra esse posicionamento através de uma avaliação acerca das trajetórias históricas dos países latino-americanos, onde tanto os registros de continuada criminalização do aborto, quanto de esterilização forçada de mulheres negras e indígenas seriam subsídios de uma razão de Estado sectária, etnocêntrica e natalista (SCHEJTER e CAMPOS, 1994, p. 13). A partir disso, elas preconizam seus papéis de militância segundo a defesa da “autodeterminação e da decisão sobre nossos corpos por ser um elemento fundamental do desenvolvimento de liberdade”, proclamando a ruptura de regimes existenciais de objetificação para uma emersão de “sujeito”:

Enquanto isso as protagonistas se vêem impedidas de tomar decisões individuais livremente e, no que se refere às políticas públicas, não têm peso algum nos espaços de poder, precisamente as desigualdades de poder baseadas na sexualidade e no gênero são ignoradas nos projetos populacionais. Podemos dar um claro exemplo dessas práticas no caso do Brasil, denunciado por companheiras do país no Encontro de San Bernardo (Argentina). Nos bolsões de pobreza e em certos assentamentos indígenas se aplicou um plano de controle concepcional que pelas características específicas dos elementos usados resultou na esterilização massiva de um terço dessas populações. A política populacional engloba: planos econômicos de ajuste, consumo e consumismo, pobreza, desenvolvimento sustentável, migração, empregabilidade, racismo, com o agravante de que em relação a esses temas, as decisões se fundamentam sobre “razões de Estado” e as mulheres não têm, em tais decisões, titularidade de “Sujeitos”, se não de passivos sofredores “Objetos” (SCHEJTER e CAMPOS, 1994, p. 13).

Ainda que não remetam especificamente à questão racial no contexto argentino, ambas evocam uma denúncia das conflagrações de expurgos racistas que conformam os ideários de nação na América Latina. Desse modo, delimitamos aí traços de uma crítica feminista ao Estado pela acusação de mecanismos de colonialidade (SEGATO, 2016, p. 94). Ela pode ser entendida em duas dimensões - primeiro, em um sentido historicamente convencional, ligado a uma produção colonial de corpos pela exploração reprodutiva e pelo enrijecimento de subjetivações binárias, que encontra sua plena forma com o não questionamento jurídico-epistêmico dos exercícios de poder de

²¹ O evento foi parte dos objetivos da ONU em promover um encontro mundial de discussão das tendências de “população” por década. As análises estritamente demográficas e sanitárias foram substituídas pela prerrogativa de “segurança” e “bem-estar” individuais, incorporando a matriz dos direitos reprodutivos (CÓRREA e PETCHESKY, 1996). Ainda assim, esse conceito foi significativamente disputado pelos movimentos feministas em face de suas vinculações a poderes estatais. Para um aprofundamento dos embates feministas em torno da importância situacional e das contingências da Conferência, ver: ZIMKOVICZ, 2023.

instituições cristãs, caso da estrutura governista de Menem. Em segundo plano, através do acoplamento a um modelo neoliberal que, sustentando-se em um eurocentrismo de hermenêutica individual, aventa o militarismo e o familismo globalmente (BROWN, 2018, pp. 65-66).

Rita Segato, debruçando-se sobre os tratamentos jurídicos estendidos a casos de feminicídio, amplia os subsídios de significação das contravenções lançadas pelas comissionadas. Ela expõe, à luz dos estudos que compõem *La guerra contra las mujeres*, que, na América Latina, o governo dos corpos ocorreria não só pelas regulações prescritivas já observadas em relação à biopolítica europeia, mas, concomitantemente, através de um papel institucional expressivo e performático de uso de violências jurídicas, colonialmente introduzido (SEGATO, 2016, pp. 75-77). Os aparatos de generificação se manifestariam, dessa forma, pela produção de subjetividades territorializadas, ou seja, geradas por um amálgama de zonas de controle construtivas das paisagens de identidade do Estado²².

Se interpelamos a associação explicativa de Segato sobre uma governamentalidade colonial alicerçada na territorialização de identidades, podemos estender à CoDeAb um vetor de tensionamento das territorialidades nacionais - em seus sentidos legislativos e morais (*Ibidem*, p. 75). Para além do enfrentamento direto ao pânico moral de constante recriminação do aborto, que as comissionadas levaram a cabo, sobretudo, mediante a contínua publicização de seu Anteprojeto de Lei (1992)²³, a prática coligatória se mostrou um eixo chave às fraturações jurisdicionais. No âmbito das interações internacionais, os EFLAC's, apesar dos dissensos internos sucedidos, forneciam um espaço periódico de aliança. Ao longo das edições, vem à tona, todavia, acercamentos menos oficiais. Em "México nos abre o caminho", Alicia Cacopardo celebra a extensão das prerrogativas de aborto legal na região administrativa de Chiapas, demonstrando uma visualização transfronteiriça das condições que definem a América Latina ao aventar que o debate seria exemplar a todos os países vizinhos (CACOPARDO, 1991, p. 2). Sob uma afinidade geopolítica semelhante, a organização

²² O acionamento do conceito crítico de "colonialidade", ao distender os limites temporais das dominações racistas e sexistas aos de seus legados contínuos, possibilita, então, "desafiar as visões de excepcionalismo historiográfico acerca do autoritarismo nos Estados" (SEGATO, 2016, p. 133).

²³ O projeto legislativo foi formulado de maneira coletiva em 1990, durante a *I Jornada de la Comisión por el Derecho al Aborto y a la Anticoncepción*. Em seus artigos, determinava a obrigatoriedade de oferta de acesso a métodos anticoncepcionais; assim como a processos de interrupção voluntária de gestações até a 12ª semana, em todos os hospitais e instituições de saúde pública do país (N/H, 1990a, p. 1). As ações de rua da CoDeAb objetivaram, ao longo da década de 1990, divulgá-lo a fim de obter apoio popular e representação legislativa oficial. Na década de 2000, ele foi usado como ponto de partida para a postulação de medidas relacionadas, como a Lei de Educação Sexual Integral (n. 26.150), assim como para os projetos concebidos pela CNDA (BURTON, 2017, p. 13).

presta apoio às feministas peruanas diante da total criminalização das interrupções gestacionais pelo governo do direitista Alberto Fujimori (1990-2000) (N/H, 1991a, p. 4). Uma postura de solidariedade internacional ampliada, mas ainda no eixo Sul-Sul, é veiculada na nota “Mulheres lutando”, que relata os esforços coletivos empreendidos para pressionar Estado sul-irlandês a autorizar a viagem de uma jovem grávida por estupro (N/H, 1992a, p. 4). Esse senso de atenção a conjunturas estrangeiras de *backlash* é colocado, ainda, em relação à França. A coluna “Basta de Ataque aos Centros de IVE” celebra a responsabilização criminal, de tentativas de violação de clínicas de aborto, liderada pela Coordenação Nacional pelo direito no país (N/H, 1993a, p. 3).

Internamente, tomam forma vínculos territoriais alternativos pela resistência aos efeitos sociais do neoliberalismo. O desemprego, a fome e a prevaricação dos sistemas de educação e saúde despontam anualmente, sob tons denunciativos, nas atas dos ENM’s (N/H, 1990b, p. 4; N/H, 1991c, pp. 1-2; N/H, 1993c, p. 3), conforme explanam Alicia Cacopardo e Dora Coledesky em nota sobre a quinta edição²⁴.

As comissionadas ensejam, conjuntamente, uma progressão na defesa ativa desses espaços - seja pela condenação da presença de representantes governistas, nomeados oficialistas; seja pelo incentivo a seu funcionamento assembleário, possibilitador, se respeitado, de uma espécie de democracia de desenvolvimento de teorizações e contrapontos feministas:

Temos que abandonar toda a ingenuidade e nos preparar para os próximos Encontros. Mas, para isso, devemos melhorar também o funcionamento deles. Só o feito de reunirmos 4.000 mulheres em Neuquén, mais de 6.000 em La Plata, é algo especial e que mostra do que somos capazes. Mas não podemos dilapidar essa força, temos que fazê-la pesar sobre a sociedade. E demonstrar também que somos um exemplo de **democracia**, que a disparidade de opiniões e de setores sociais envolvidos não nos impede de funcionar democraticamente. Não deixar que nos substituam outras mulheres que se manifestaram contra nós ou por nós como se fossem nossas representantes. Sem por em dúvida as intencionalidades e o trabalho - muito difíceis, seguramente -, devemos eleger nós mesmas, a cada ano, as companheiras responsáveis por organizar os Encontros Nacionais, com a

²⁴ “Os meios de comunicação não deram a este encontro nenhuma publicidade, nem antes nem depois de sua realização. Acreditamos que esta última ausência, a de depois do evento, tem uma explicação muito clara. O nível do debate e das conclusões da grande maioria das 4.000 mulheres que se reuniram em *Las Termas* deve ter surpreendido e assustado quem pretendia levar água ao seu moinho (beneficiar seus próprios interesses) com este Encontro; assim como quem ignora, desconhece e subestima a consciência das mulheres. Uma amostra disso é o modo como as mulheres de todas as partes do país, de todas as classes sociais e de pelo menos três gerações desmontaram as intenções do oficialismo de obter declarações em seu apoio. [...] Com toda a naturalidade foi relatado como as mulheres tentam amenizar, com suas iniciativas e energia, a fome e a miséria, mediante filas populares e refeitórios infantis. O modo como aprenderam a substituir, com sua auto-organização, o que o Estado não faz e está obrigado a fazer com relação à saúde da população sem recursos” (N/H, 1990, p. 4).

obrigação de prestar contas ao respectivo evento. [...] É possível que possam manipular a opinião, que façam outras manobras, mas se veria com mais nitidez quem está pelo progresso e a liberação das mulheres e quem somente quer usá-las e usar seus problemas como cortina para seguir subjugando-as. As mulheres poderemos deliberar em liberdade (N/H, 1993c, p. 3).

À diferença dos interfluxos internacionais, prevalecem aqui alianças intersetoriais. O órgão direciona suporte para os sindicatos na oposição à privatização previdenciária (N/H, 1993b, p. 2), para a Comunidad Homosexual Argentina (C.H.A)²⁵ — não reconhecida como pessoa jurídica pela Suprema Corte (N/H, 1992b, p. 1) e para associações de prostitutas, perseguidas após se mudarem para bairros residenciais de Buenos Aires em virtude da lei de Códigos Urbanos, que impugnou prostíbulos (VASSALLO, 1998, p. 8).

Estes dois casos são tratados por um ângulo de aproximação ao potencial subversivo das demandas por aborto: “Prostituição? Que haja, mas que não se note” é o título da matéria de Marta Vassallo que zomba a hipocrisia higienista das elites portenhas (VASSALLO, 1998, p. 8). À C.H.A, a CoDeAb incita uma solidariedade pautada na explicitação da desfaçatez da moral normativa, implicando seu fundo artificial e violento: “assim como vocês, nos levantamos contra a hipocrisia de uma sociedade que considera os homossexuais ‘anormais’, mas que considera normal que mulheres morram pela clandestinidade” (N/H, 1992b, p. 1). O autoenquadramento fora da arbitrária normalidade em decorrência de uma vontade de decidir compõe um ponto conectivo de torção das amarras de linearidade dos sistemas de gênero e sexualidade (BUTLER, 2003, pp. 45-47). São contestados os binômios público/privado e uma cultura de acesso sexual ao corpo, tangenciais tanto ao construto da hipótese repressiva, quanto do aborto. Nesse cenário, as categorias de identidade dissidente entram como um recurso alternativo às relações históricas de assimilação e gestão externa contidas nos vínculos de cidadania e população (GAGO, 2015, p. 240).

Esse deslocamento é melhor compreendido à luz de Verónica Gago em *La Razón Neoliberal*. Sua argumentação se ancora nos conceitos de racionalidade e governamentalidade de Foucault. Desdobrando-os, ela propõe que, mais do que uma agenda de abertura financeira pró-capital privado, o neoliberalismo se imbricaria mediante uma série de valores de subjetivação que, aplicados difusamente pela racionalidade governamentativa dos Estados, conservaria o mecanismo disciplinar

²⁵ As aproximações entre a CoDeAb e as lutas sexo-dissidentes foram múltiplas, o que será abordado nas análises finais à vista dos debates de 1990-2000 sobre transfobia nos feminismos. No entanto, uma cartografia específica das alianças e entrecruzamentos da CoDeAb com as dissidências pode ser acessada em: BELLUCCI, 2015.

das populações, um elemento simultaneamente individual e coletivo do fazer-se governar (GAGO, 2015, p. 214). As coligações pelo atravessamento da rotulação de estranheza e degeneração demográfica desempenham, portanto, uma desobediência às redes de pertença governativa²⁶.

Outra rede de parcerias englobou as práticas políticas da organização em um panorama de intersecção cultural. Em março de 1997, seis ativistas das bandas *punk*-feministas *She Devils* e *Fun People* convidaram as militantes para acompanhar seus shows de lançamento do disco “O aborto ilegal assassina minha liberdade!” (DARNET e PELLIZA, 1997, p. 10). Embora de pequena tiragem, a composição acompanhava uma fanzine - em grossos termos, um encarte artesanal, pensado com base na ideia de “fanatic magazine” — com a argumentação pró-aborto das bandas, além de *stamps* da frase-título. Ainda atuante, o grupo *She Devils* se reivindica parte da corrente *Riot Grrrr!*²⁷, mixando códigos de uma feminilidade tradicional com uma sonoplastia de violência e uma performatização aberta de corpo através de zonas de nudez (*Ibidem*). Esses elementos são expostos em sobremaneira na escolha da logo da banda e no brutalismo *handmade* em preto e branco dos encartes que foram distribuídos com disco. Eles dialogam, destacadamente, com a combatividade encarnada pelas integrantes, uma conexão estabelecida mediante a lembrança visual das trajetórias de *She Devils* constituída em seu *feed* de Instagram.

²⁶ Para um aprofundamento dessa crítica, ver GAGO, 2015, pp. 225-226.

²⁷ Ela tem seu início situado entre o final de 1980 e o início de 1990, pela formação de um campo artístico e estético de *punk* feminista. Para além de uma premissa anticapitalista e de ação direta (manifestada no ideal de “riot”, confronto ou revolta deliberada), as *punk*-feministas usavam o polo conflagrado de identidade do termo “garotas” para uma denúncia das violências heterossexistas (LEITE, 2015, p. 12). A repetição da letra “r” gera a imitação de um rosnado, consoante à afirmação de agressividades, descontroles propositais (LEITE, 2015, p. 31). Esses valores integravam expressamente as condutas corpóreas de bandas *riot* como *Bikini Kill* e *Tribe 8*, ligadas, respectivamente, ao grito de “possibilidades radicais de prazer” e ao uso da exposição nu de seios como uma transgressão da generificação (LEITE, 2015, p. 14 e p. 73).

Figura 1: Disco “O aborto ilegal assassina minha liberdade” (1997) postado junto à logo do grupo e a uma foto de memória das atividades pró-aborto da banda *She Devils*.



Fonte: She Devils. *Instagram*, 2019²⁸.

Já *Fun People* se consolidaria próxima dos ativismos LGBTQIA+, assumindo, por outro lado, um borramento dos limites de tematização sexual pública. Vemos tal ensejo já na fanzine de divulgação, baseada no contorno de um preservativo, onde se inscreve a logo da banda, imitando um tipo de placa, junto dos dizeres “usá-lo é importante”²⁹. O anúncio de *Fun People* embrenha-se, com isso, no campo dos movimentos de conscientização sobre a AIDS, que, na Argentina, estiveram ligados a campanhas enfáticas de não estigmatização e de um enfrentamento prático da própria política de Estado, ancorada, em consonância institucional-religiosa, na recriminação de experiências sexuais (BELLUCCI, 2014, p. 364). A militância pautada por uma visualidade anti-moralista no cotidiano cultural ressoa, então, como uma experiência de deslocamento topográfico da sexualidade, realizada no mesmo período por grupos de intervenção urbana como *Lesbianas en Resistencia* e *Mujeres Públicas*, ambos centrados em uma afirmação existencial de demandas para além de um pleito de inclusão institucional de agendas (GUTIÉRREZ; FLORES, 2017, p. 78).

Em 2004, o lema *punk* de *She Devils* e *Fun People* reaparece. Desta vez, em um grafite de muro, reproduzido na capa do encarte (N/H, 2004c, p.1). A repetição de “a proibição do aborto assassina sua liberdade” na paisagem urbana dimensiona outro repertório de práticas que perfazem valores de subjetivação pela disrupção. Em 1998, a imagem escolhida para reforçar o fôlego mobilizatório do

²⁸ *SHE Devils*, *Instagram*. 2019. Disponível em: <http://tinyurl.com/oiaml-1997>. Acesso em: 27 set. 2022.

²⁹ Para conhecer a fanzine mencionada, visite: *Nuevos Aportes sobre Aborto*, vol.11, n.1, p.10, 1997. Disponível em: <http://tinyurl.com/nuevos-aportes-aborto-1997>. Acesso em: 30 de Set. de 2022.

coletivo à ocasião de seus dez anos é o *stamp* “a beleza está nas ruas”, traduzido do francês. O rompante de ação direta e de revolta suscitados pela figura da jovem que prepara o lançamento de uma pedra adquire peso pronunciado nas impressões das comissionadas, que justificam sua escolha salientando a efetividade revolucionária do movimento de ruas do maio de 1968 francês, um levante “contra as estruturas hierárquicas e autoritárias” (N/H, 1998b, pp. 3-4). A significação de si que equacionam a partir do olhar a transgressões históricas de tomada pública, sempre remetendo aos enlaces perceptivos com lutas de “liberação sexual”, tornam ostensivo seu engajamento com uma subjetivação política não estanque pela assimilação jurídica.

Figura 2: Imagens insurrecionais nas capas de *Nuevos Aportes*. Buenos Aires, 1998-2004.



Fonte: *Nuevos Aportes sobre Aborto*, v. 14, 2004, p. 1; *Nuevos Aportes sobre Aborto*, v. 12, 1998, p. 1.

Considerando o *locus* produtivo das técnicas de sujeito, tomamos as escolhas estético-culturais e o exercício coletivo de se estar nas ruas inscrevendo uma demanda de produção diversa do próprio corpo, conforme pautado pela associação de aborto e liberdade, enquanto uma modalidade de contínua construção de uma política - pessoal, sexual e societária - transformativa (MCLAREN, 2016, pp. 192-194). Destacamos, nesse mapeamento, a crescente transgressora assumida, em 2004, 2005 e 2007, com a distribuição de fichas de instrução direta para a realização de abortos medicamentosos (N/H, 2004d, p.14; N/H, 2005a, p.17; e, N/H, 2007c, p.23). De um ano a outro, o órgão se mostra comprometido a aprofundar as informações, detalhando alternativas de preços e fornecendo uma síntese efetiva de protocolos seguros a seguir em caso de necessidade de

atendimento hospitalar subsequente. Instala-se, assim, uma tática materialmente estruturada (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 5), que dissemina uma política de corporalidade de performatização assente sobre o aborto, não exclusivamente sustentada pela regulação anticonceptiva e seus limites legais, difundida nas primeiras edições.

Nesses anos, toda a pulsão mobilizatória cultivada pelo grupo se entrelaça às provocações descentralizatórias resultantes das ocupações *callejeras* de 2001. O desejo de uma nuclearização democrática anti-Estado se coloca através da participação das comissionadas no Fórum Social de Saúde de 2002 (N/H, 2004a, p.13), evento que seguia uma estrutura de horizontalidade civil participativa semelhante à do Fórum Social Mundial, sediado em 2001 em Porto Alegre e frequentado por Dora Coledesky (BELLUCCI, 2014, pp. 374-375). A Assembleia Aborto Legal (2003), por sua vez, colabora com tensionamentos que mesmo os textos afirmadores do aborto enquanto manifestação legítima de poder e desejo conservavam - a quem cabia a defesa do aborto? É o que questionam travestis e mulheres trans barradas de alguns dos simpósios do ENM de Rosário, que sediou o espaço (PELLIZA, 2004, pp. 7-8). A militante Liliana Pelliza responde com o provocativo texto “Supostos Acordos”, usando as atuações conservadoras de deputadas para exemplificar o vácuo definitório da categoria universalista “mulher” à redução epistêmica de fazeres políticos: “uma vez mais, talvez o objetivo comum não fosse o direito ao aborto, se não um sectário espaço feminino, que reproduz o mesmo que acusa” (*Ibidem*, p. 8).

Ainda em 2004, a CoDeAb reproduz o artigo “Aborto e identidades: um problema feminista”, de Josefina Fernández³⁰. Atuante nos círculos acadêmicos de gênero, Fernández se inseriu mais detidamente com os debates pró-aborto por intermédio de sua participação na Assembleia como integrante do coletivo *queer Ají de Pollo*³¹. No texto, Fernández se levanta contra a contingência transformativa dos domínios institucionais, reforçadas por dois casos recentes à época - as denúncias de utilização das tecnologias de contracepção em favor da esterilização forçada de mulheres negras nos Estados Unidos, e a recusa moral de médicos da Guiana Francesa em realizarem interrupções

³⁰ Ver FERNÁNDEZ, 2004, pp. 14-15.

³¹ Foi fundado em 2002 na cidade de Buenos Aires com o intuito de fomentar a superação do binarismo heterossexual (BELLUCCI, 2015). Em reação ao banimento da liderança travesti Lohana Berkins nos ENM's do início dos anos 2000, uma das situações limite para os questionamentos de Pelliza, o grupo assumiu protagonismo ao propor a intervenção “O que você vê quando me vê?”, que incentivava uma discussão sobre o viés performativo do gênero. Em 2003, Fernández firmou parcerias entre AP e a Área de Estudios *Queer* da *Universidad de Buenos Aires*, que levaram à promoção do encontro sexo-dissidente *Primer Foro Latinoamericano Cuerpos Ineludibles*; ver VACCAREZZA, 2017.

gestacionais após a aprovação do aborto entre os direitos reprodutivos do país. Esse horizonte de falência da enunciação jurídica do aborto é que leva Fernández a apontar uma necessidade de defesa radical do aborto, e, para os ativismos, a de situar que:

há outro espaço, menos estruturado [que o jurídico] em que se constituem as identidades e os movimentos sociais, e a partir do qual o feminismo pode incidir sobre o anterior. [...] Em outras palavras, as políticas feministas deveriam questionar permanentemente seus próprios supostos e categorias sobre as identidades que reconhece (FERNÁNDEZ, 2004, p. 16).

Nos dois últimos números, outras acadêmicas como Diana Maffía, Laura Klein e Alejandra Ciriza se somariam à conclama de obliteração jurídica de Fernández, identificando-se a partir de suas inserções em coletivos regionais atuantes na CNDA, caso de *La Juana y las otras*, grupo de Mendoza de que participava Ciriza. Sem abandonar completamente argumentações de cunho útil, como a da clandestinidade, a CoDeAb chega a seu intervalo final de funcionamento dotada de complexificações e capilarizações. A partir do gradual repertório estratégico constituído - que abarca desde os eventos nacionais e regionais, a tentativa de aprovação legislativa do direito ao aborto, os trânsitos culturais, até as insurgências de rua - formularam ativamente entendimentos sobre os processos sociais de corporificação e o gênero enquanto sistema político-subjetivo, edificando os fazeres feministas como campo de ação transformativa mediado por disputas e rotas autônomas.

Considerações finais: os fazeres históricos da *Comisión por el Derecho al Aborto*

Durante o *estallido* chileno de 2019 em Santiago, uma ampla faixa verde em prol do “aborto legal e livre” ocupou a estátua *Monumento a Baquedano*. As atuações das insurreitas foram diretamente apoiadas pela CNDA, que, em suas redes sociais, celebrava a magnitude dos atos, reproduzindo os dizeres “o Estado opressor é seu macho violador” - do grupo chileno *Las Tesis* (CARILLO e MANZI, 2020). Tal cena permite que cartografemos, contemporaneamente, rotas de trânsitos feministas nas lutas específicas por aborto que demarcam a efetividade articulatória da CoDeAb, assim como um uso sagaz de dispositivos de transnacionalidade para os projetos de militância³². Mais do que a concatenação pela premissa legalizatória, vemos, todavia, o compartilhamento da reivindicação de uma marcação disruptiva, isto é, de um agir que se quer inscrever notável justamente

³² Para um olhar mais detido às articulações entre a *Campaña Nacional por el Aborto Legal, Seguro y Gratuito* e os movimentos de defesa da legalização do aborto no Chile; ver VACCAREZZA, 2020.

em face de seu potencial transgressor. Apesar dessa percepção parecer evidente ao escopo da *Campaña Nacional*, podemos aplicá-la, analogamente à CoDeAb, em uma tessitura que se constrói a partir de um último aspecto documental de *Nuevos Aportes*, sua esfera de organização memorial.

Nos dias que sucederam a aprovação do Projeto de Interrupção Gestacional Voluntária (ou IVE, do espanhol “interrupción voluntária de embarazos”), mídias ativistas da Argentina se voltaram com curiosidade à imagem das “históricas”, termo aqui utilizado para remeter às “loucas da Avenida Rivadavia”, que, junto a Dora Coledesky, fizeram a questão do aborto ganhar corpo. A *Revista Anfibia*, popular portal feminista, recuperou, nesse momento, o texto *Pioneras del Aborto Legal*, escrito nas mobilizações de 2018. Ali, o boletim é exaltado em seus entranhamentos com esforços autogestionados, em uma solidez de relevância reforçada pela preocupação do grupo em assegurar sua conservação: Alicia Cacopardo promoveu o arquivamento junto ao *Centro de Documentación de las Izquierdas*, em Buenos Aires (ALCARAZ, 2018). Conjuntamente, implementou-se a disponibilização dos volumes no site da CNDA. Antes dele, um blog da CoDeAb ancorou parte de suas divulgações, alocando a seção *Archivo Feminista*, sob a proposta de possibilitar a difusão “daquelas histórias”. A ênfase de constituição memorial enseja a inscrição de uma visualidade política. Se olhamos para os regimes epistemológicos, encontramos, em geral, os arquivos sob um espectro de “fazer ver” (HARAWAY, 1995, pp. 20-21).

A chave de premente autoevidência cognoscente é o que Donna Haraway denuncia ao esquadrihar as premissas da objetividade científica. A bióloga explica as relações de produção de conhecimento a partir de uma espécie de visão contraditoriamente incorpórea que, por sua vez, corporifica seu objeto (*Ibidem*, p. 12). Em correlação com o que discutimos a partir de Butler, a subjetivação figura também em campo semiótico, dotada de uma contínua corporificação do ser pela mediação de categorias de identidade. O uso de “gênero” enquanto tecnologia das epistemologias feministas assume, aí, o potencial de fraturamento dos “nódulos de poder agonístico” conformados pela matriz heterossexual e sua coesão sexo/gênero (*Ibidem*, p. 10).

Retomando o ímpeto de auto-historicização das militantes, delineamos um deslocamento das projeções representativas totalizantes. O repertório documental possibilita um agenciamento dissonante dentro do que seria o falocentrismo - expressão de Haraway para remeter às linguagens políticas que se querem únicas - institucional, discursivamente construído pelas narrativas unívocas

de Estado e, mesmo, de movimentos partidários (*Ibidem*, p. 33). Joan Scott, ao defender a função da escrita histórica como “crítica”, pondera que seu papel social transformativo depende da operacionalização de um uso não descritivo de categorias (SCOTT, 2007).

Fincar um arquivo autogerido e especialmente feminista significa para nós, sob tais prerrogativas, outro estabelecimento de uma infraestrutura de autonomia, capaz de provocar as leituras e criações políticas da América Latina que tangenciam formulações restritas a uma cidadania generificada ou à homologação final de “direitos reprodutivos” sob os mesmos arcabouços da colonialidade. Ao longo da pesquisa, argumentamos a relevância dos câmbios discursivos antineoliberais e de oposição a reducionismos subjetivos encabeçados pela CoDeAb no decorrer da década de 1990, tal qual das crescentes estratégias coligatórias e de ação direta constituídas.

Concluimos, portanto, que a defesa transtemporal do aborto, incluindo aqui a intencionalidade de afirmação memorial, determina múltiplos níveis de corporificações outras: manifesta o direito a fronteirizar as corporalidades de si para além de normatizações disciplinares, mas, conjuntamente, um horizonte de corporificação política por fazeres autogestionados e compromissados com pluralizações subjetivas. No contexto de ápice neoliberal democratizado que caracteriza as décadas de 1990 e 2000 na América Latina, a *Comisión por el Derecho al Aborto* produziu aportes de uma autonomia corporificada, permitindo legados posteriores que, através da CNDA e de suas múltiplas alianças transnacionais de dissidência sexo-genérica, seguem recusando, em diálogo com as epistemologias feministas, “uma teoria de poderes inocentes para representar o mundo, na qual linguagens e corpos submerjam no êxtase da simbiose orgânica” (*Ibidem*, p. 16).

A partir desses repertórios é possível, ainda, delinear aproximações estratégicas úteis à transformação do presente brasileiro. É no compasso da governamentação da colonialidade neoliberal que se situam as práticas políticas de um ideário vitalista branco que, desde 2006, vêm encampando proposições revogatórias das prerrogativas legais de aborto³³ (LUNA, 2014, p. 91; GONZAGA *et al.*, 2021, p. 163). Semelhante ao histórico das mobilizações argentinas, as articulações de grupos brasileiros para defesa do aborto legal adquiriram importante fôlego a partir de 2004. Algumas diferenças táticas são, todavia, rompantes - os ganhos obtidos com a ADPF 54 e com o

³³ Nesse escopo, enquadra-se a aprovação da PORTARIA Nº 2.282/2020, que tanto anulou a NT de “Prevenção e tratamento de agravos resultantes da violência sexual contra mulher e adolescentes” (2005), quanto impôs a compulsoriedade de notificação policial de abusos em caso de solicitação de abortos; ver GONZAGA *et al.*, 2021, p. 159)

debate da ADPF 442 são resultantes dos litígios estratégicos protocolados pelo Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS UNB) (RUIBAL, 2020, pp. 1171-1172). A judicialização depende, no entanto, do amparo de redes de *advocacy* feminista, pesquisa acadêmica e ativismo. Alianças significativas vêm sendo firmadas com candidaturas feministas do PSOL, e os litígios, acompanhados por mobilizações de redes de militância (RUIBAL, 2020). A Frente Nacional pela Legalização pode ser entendida, assim, como uma coadunação delas contra o *backlash* brasileiro³⁴.

O valor diretivo da autonomia é reivindicado por elas junto a agendas antirracistas, e anticlassistas, acoplando-se, em especial, a protestos de rua e a campanhas midiáticas massivas³⁵. Em face desses aspectos, os compromissos de dessilenciamento público da temática e de sua positivação para além das negociações de economias morais do sofrimento, bem como o fortalecimento de infraestruturas socorristas, são potenciais contribuições dos legados da CoDeAb e da CNDA para uma acentuação da capilaridade das lutas brasileiras e reafirmam a relevância das escolhas de análise trabalhadas ao longo do texto. Para o campo acadêmico, a proliferação de veículos de imprensa feminista autogeridos em ambos os países, como *Anfibia* e *Az Mina*; além das análises dos efeitos da predominância de ONG's no cenário brasileiro (OLIVEIRA, 2019), frente à de coletivos autônomos no país vizinho, parecem fornecer ramificações para o alargamento das compreensões regionais.

Referências bibliográficas

Fontes:

AQUINO, Eleonor. *Cuando decimos...* *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.11, n.1., p.8, 1997.

N/H. *Aborto con pastillas*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.15, n.1, p.17, 2005a.

_____. *Acontecimientos y aportes al debate*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.12, n.1, pp.3-4, 1998a.

_____. *Absolución y condena*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.16, n.1, pp.16-17, 2007a.

_____. *Con qué derecho esta Red cambia una declaración aprobada por miles de mujeres?*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.13, n.1, p.6, 2000a.

³⁴ Alguns dos principais grupos feministas que compõem a Frente são: a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Sempre Viva Organização Feminista, o Instituto SOS Corpo, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria, o grupo Eu Decido e a Marcha Mundial de Mulheres (ARTICULAÇÃO, 2021, não p.). Atualmente, a Frente é composta pela reunião de agremiações estaduais, das quais participam representantes dessas organizações e ativistas independentes.

³⁵ Ver: Alerta Feminista (ALERTA, 2020, não p.); Mapa do Aborto Legal (SOBRE, 2019, não p.)

- _____. *Conclusiones del I Foro Social de Salud - Argentina, 2002. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.14, n.1, p.13, 2004a.
- _____. *Editorial: Donde estamos y adonde vamos. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.16, n.1, p.3, 2007b.
- _____. *Editorial: Por qué después de algunos años decidimos volver a publicar. Nuevos Aportes sobre Aborto?*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.14, n.1, p.2, 2004b.
- _____. *Editorial: Un balance de la lucha por el derecho al aborto. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.11, n.1, p.3, 1997a.
- _____. *Francia: Basta de ataques a los Centros de IVE. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.8, n.1, p.3, Mar., 1993a.
- _____. *Mujeres luchando. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.7, n.1, p.4, Out./Dez., 1992a.
- _____. *Nota de edición. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.1, n. 1-3, p.29, Ago., 1989a.
- _____. *Nuestro apoyo. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.8, n.1, p.2, Mar., 1993b.
- _____. *Peru: Código Penal retrogrado. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.6, n.1, p.4, Out./Dez., 1991a.
- _____. *Por qué hemos elegido como tapa el emblema del Mayo Francés de 1968?*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.12, n.1, p.3, 1998b.
- _____. *Por qué nos lanzamos?*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.2, n.4, p.4, 1990a.
- _____. *Portada de la publicación de la Comisión por el Derecho al Aborto. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.11, n.1, p.1, 1997b.
- _____. *Portada de la publicación de la Comisión por el Derecho al Aborto. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.14, n.1, p.1, 2004c.
- _____. *Solidaridad con la CHA. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.7, n.1, pp.1, Mar./Maio, 1992b.
- _____. *Tenemos derecho a saber y decidir. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.14, n.1, p.14, 2004d.

- _____. *Tenemos derecho a saber y decidir*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.16, n.1, p.23, 2007c.
- _____. V ENCUENTRO Feminista Latinoamericano y del Caribe. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.5, n.1, pp. 3-4, Mar./Maio, 1991b.
- _____. V ENCUENTRO Nacional de Mujeres de las Termas de Río Hondo. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.2, n.4, p.4, 1990b.
- _____. VI ENCUENTRO Nacional de Mujeres. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.6, n.1, pp.1-2, Out./Dez., 1991c.
- _____. VII ENCUENTRO de Mujeres en Neuquén. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.8, n.1, pp.3-4, Mar., 1993c.
- BONAPARTE, Laura. *La clandestinidad del aborto: una dimensión siniestra*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.1, n.1-3, p.8, Ago., 1989.
- CACOPARDO, Alicia. *México nos abre el camino*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.5, n.1, p.2, Mar./Maio, 1991.
- COLEDESKY, Dora. *El gabinete de mujeres y las mujeres del país*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.8, n.1, p.4, Mar., 1993.
- _____. *La situación actual en relación al derecho al aborto*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.9, n.1, pp.5-6, 1994.
- COPPOLA, Silvia. *Algunas preguntas y respuestas sobre el problema del aborto en la Argentina*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.1, n.1-3, p.2, Ago., 1989.
- DARNET, Mabel e PELLIZA, Liliana. *Las cosas por su nombre*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.10, n.1, p.9, 1996.
- FERNÁNDEZ, Josefina. *Aborto e identidades: un problema feminista*. *Nuevos Aportes sobre Aborto?*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.14, n.1, pp.14-15, 2004.
- OSIDALA, Nadine. *El aborto en cifras*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.1, n.1-3, p.5, Ago., 1989.

PELLIZA, Liliana e DARNET, Mabel. *El aborto ilegal asesina mi libertad*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.11, n.1, p. 10, 1997.

PELLIZA, Liliana. *Supuestos Acuerdos*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.14, n.1, pp.7-8, 2004.

ROSTAGNOL, Susana. *Aborto voluntario. Subvertir el orden de dominación-subordinación*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.15, n.1, pp.4-5, 2005.

SCHEJTER, Alicia e CAMPOS, Pastora. *A propósito de “El Cairo”: política poblacional o una cuestión del mercado?*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.9, n.1, p. 13, 1994.

VASSALLO, Marta. *Prostitución? Que haya, pero que no se note*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.12, n.1, p.8, 1998.

Bibliografía:

ALERTA Feminista. Rede Feminista de Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.redesaude.org.br/alerta-feminista-2020/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

LEGALIZAÇÃO do aborto. Articulação de Mulheres Brasileiras, 2021. Disponível em: <https://ambfeminista.org.br/lutas/legalizacao-do-aborto/>. Acesso em: 07 de Jan. 2023.

ALCARAZ, María Florencia. *Pioneras del aborto legal*. Anfibia, 28 maio 2018. Disponível em: <https://www.revistaanfibia.com/pioneras-del-aborto-legal/>. Acesso em: 16 set. 2022.

ÁLVAREZ, Sonia; FRIEDMAN, Elisabeth; BECKMAN, Ericka; BLACKWELL, Maylei; CHINCHILLA, Norma; LEBON, Nathalie; NAVARRO, Marisa e TOBAR, Marcela. **Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.11, n.2, Dez., 2003.

ATHAYDE, Maria Cristina de Oliveira. **Corpo, sexualidade e prazer: Um olhar historiográfico sobre periódicos feministas de Brasil e Argentina (1974-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, Santa Catarina. 197p. 2010.

BARROS, Mercedes; QUINTANA, María. *El pañuelo como artefacto político: desplazamientos y disputas por la calle*. *Millcayac*, Mendoza, vol.7, n.12, pp.175-188, Mar., 2020.

BELLUCCI, Mabel. *Historia de una desobediencia: Aborto y feminismo*. Ciudad Autónoma de

Buenos Aires: Capital Intelectual, 2014.

BELLUCCI, Mabel. *Coaliciones queer: Aborto, feminismo y disidencias sexuales, (1990 a 2005 en Buenos Aires)*. In: *JORNADA DE SOCIOLOGÍA*, 11, 2015, Buenos Aires. Anais eletrônicos [...].

Buenos Aires: *Universidad de Buenos Aires*, 2015. pp. 1-15.

BROWN, Josefina Leonor. *Los derechos (no)reproductivos en Argentina: encrucijadas teóricas y políticas*. *Cad. Pagu, Campinas*, vol.30, n.1, pp.269–300, Jun., 2008.

BROWN, Wendy. *Neoliberalism's Frankenstein: Authoritarian Freedom in Twenty-First Century "Democracies"*. *Critical Times*, Durham, vol.1, n.1, pp.60-79, Abr., 2018.

BURTON, Julia. *De la Comisión al Socorro: trazos de militancia feminista por el derecho al aborto en Argentina*. *Descentrada*, La Plata, vol.1, n.2, pp.1-17, Set, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do sexo**. São Paulo: n-1, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

CARRILLO, Alondra; MANZI, Javiera. *Coordinadora Feminista 8M: "El estallido abrió la posibilidad de un momento de imaginación política radical"*. Tinta Limón, 2020. Disponível em: <http://tinyurl.com/tinta-limon-radical>. Acesso em: 17 de Set. 2022.

CRESPO, Regina Aída. **Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural**. In: JUNQUEIRA, Mary Anne e FRANCO, Stella Maris Scatena. **Cadernos de Seminários de Pesquisa. Vol. II**. São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011.

COORDINADORA Feminista 8M. *Somos Históricas - Relatos de un 8M*, 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/coordinadorafeminista8M/videos/somo-hist%C3%B3rica-relatos-de-un-8m/414608983165434/>. Acesso em: 16 de Set. 2022.

ENRÍQUEZ, Mariana. **As coisas que perdemos no fogo**. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Intrínseca. 2018.

ESCUADERO RAVA, Beatriz. *Feminismo y religión: apuntes sobre católicas por el derecho a decidir*. Mora, Buenos Aires, vol.14, n.2, pp.114-124, Jul./Dez., 2008.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. *Escritos de una lesbiana oscura: reflexiones críticas sobre*

feminismo y política de identidad en América Latina. Buenos Aires, Lima: *en la frontera*. 2007.

FALQUET, Jules. **Três questões aos movimentos sociais “progressistas”: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais**. Lutas & Resistências, Londrina, vol.1, n.1, pp.212-225, Set., 2006.

FERREIRA, Gleidiane de Sousa. **Resistência, Solidariedade e Rebeldia: o feminismo das Mujeres Creando na Bolívia (1992-2015)**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, Santa Catarina. 411p. 2018.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. **Foucault, uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

GAGO, Verónica. **La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular**. 1ª ed. Buenos Aires: Tinta Limón. 2014.

GONZAGA, Paula; GONÇALVES, Letícia; MAYORGA, Claudia. **O conservadorismo distópico à brasileira: Direitos sexuais e direitos reprodutivos e a pandemia da COVID-19 no Brasil**. Revista Feminismos, Salvador, vol.9, n.1, pp. 149-167, Jan./Abr., 2021.

GUTIÉRREZ, María Laura; Flores, Valeria. **La sangre del pueblo (también) es lesbiana: la experiencia artístico-política de Lesbianas en la Resistencia (1995-1997)**. Debate Feminista, Cidade do México, vol.54., n.1, pp.63–83, Ago., 2017.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cad. Pagu, Campinas, vol.5, n.1, pp.7-41, Jan., 1995.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. **“O lesbianismo é um barato”: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-1990)**. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, São Paulo. 221p. 2021.

LEITE, Flávia Lucchesi de Carvalho. **Riot Grrrl: capturas e metamorfoses de uma máquina de guerra**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). São Paulo, São Paulo. 321p. 2015. - São Paulo, 2015.

LESSA, Patrícia. **Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do grupo de ação lésbico-feminista e do boletim ChanacomChana**. Gênero, Niterói, vol.8, n.2,

pp.301-333, Jan./Jun., 2008.

LONGONI, Ana. *Pañuelos: de cómo las Madres se volvieron feministas y las feministas encuentran Madres*. In: MUÑOZ e Juan; ELBIRT, Ana. *Los patrimonios son políticos: patrimonios y políticas culturales en clave de género*. Buenos Aires: Ministerio de Cultura de la Nación. 2021.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto. 2008.

LUNA, Naara. **Aborto no Congresso Nacional: o enfrentamento de atores religiosos e feministas em um Estado laico**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, vol.14, n.1, pp.83-109, Maio/Ago., 2014.

MCLAREN, Margaret. **Foucault, Feminismo e Subjetividade**. São Paulo: Intermeios. 2016.

MENESES, Sônia. **A operação midiográfica: da escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo - a mídia, a história e a memória**. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MINES, Ana; VILLA, Gabi Díaz; RUEDA, Roxana; MARZANO, Verónica. *El aborto lesbiano que se hace con la mano: Continuidades y rupturas en la militancia por el derecho al aborto en Argentina (2009-2012)*. Bagoas, Natal, vol.7, n.9, Dez., 2013.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. **História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica**. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2014.

OKSALA, Johanna. *The Neoliberal Subject of Feminism*. *Journal of the British Society for Phenomenology*, Londres, vol.42, n.1, pp.104-120, Jan., 2011.

OLIVEIRA, Débora Prado; ARAÚJO, Daniela Camila e KANASHIRO, Marta Mourão. **Tecnologias, infraestruturas e redes feministas: potências no processo de ruptura com o legado colonial e androcêntrico**. Cad. Pagu, Campinas, vol.59, n.e205903, pp.1-34, 2020.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. **Militância ou Profissionalização de Gênero? Um estudo comparativo na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996)**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, São Paulo. 334p. 2019.

RAGO, Margareth. **O efeito-Foucault na historiografia brasileira**. Tempo Social; Revista de

Sociologia da USP, São Paulo, vol.7, n.1-2, pp.67-82, Out, 1995.

NUESTRA historia. *Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe*, 2022. Disponível em: <https://www.reddesalud.org/es/nuestra-historia>. Acesso em: 30 de Jan. 2024.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina: 1916-2016.** 4a ed. *Ciudad Autónoma de Buenos Aires*: Fondo de Cultura Económica. 2017.

RUIBAL, Alba. **A controvérsia constitucional do aborto no Brasil: Inovação na interação entre movimento social e Supremo Tribunal Federal.** *Revista de Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, vol.11, n.2, pp.1166-1187, abr./jun., 2020.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação.** São Paulo: EdUSP. 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória?.** *Caderno CRH*, Salvador, vol.21, n.54, pp.505-517, Set./Dez, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol.20, n.2, pp.71-99, Jul./Dez,1995.

_____. SCOTT, Joan. **History-writing as critique.** In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue e MUNSLOW, Alun (eds.). **Manifestos for History.** Nova Iorque: *Routledge*, 2007.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres.** Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SOBRE o mapa. Mapa Aborto Legal, 2019. Disponível em: <https://mapaabortolegal.org/sobre-o-mapa/>. Acesso em: 14 de Mar. 2023.

SUTTON, Barbara. **Zonas de clandestinidad y “nuda vida:” Mujeres, cuerpo y aborto.** *Revista Estudos Femininos*, Florianópolis, vol.25, n.2, pp.889-902, Maio/Ago., 2017.

TARDUCCI, Mónica. **Escenas claves de la lucha por el derecho al aborto en Argentina.** *Salud Colectiva*, Buenos Aires, vol.14, n.3, pp.425-432, Outubro, 2018.

TORRES, Marina Solon Fernandes; VIDAL, Márcia. **A imprensa alternativa como aliada ao movimento feminista durante a ditadura militar no brasil: uma análise no jornal Nós Mulheres.** *Pauta Livre*, João Pessoa, vol., n.1, pp.493-510, Jan./Jun., 2020.

TRES de Junio de 2015 - Manifiesto. *Ni Una Menos*, 2015. Disponível em: <http://tinyurl.com/manifiesto-3-junio-2015>. Acesso em: 17 de Set., 2022.

VACCAREZZA, Nayla Luz. **Judith Butler en Argentina. Recepción y polémicas en torno a la teoría de la performatividad del género.** *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.25, n.3, pp.

1257-1276, Set./Dez, 2017.

VACCAREZZA, Nayla Luz. *La mano que vota. Visualidad y afectos en un símbolo transnacional del movimiento por el derecho al aborto en el Cono Sur. Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 35, pp. 35-57, maio/ago., 2020.

VAN DER KLEIJ, Aika. *Women's Global Network for Reproductive Rights. Isis Women*, 2009. Disponível em: <https://www.isiswomen.org/index..> Acesso em: 30 de Jan. 2024.

VIEIRA, Priscila Piazzentini. **A prática intelectual de Michel Foucault e a de Donna Haraway: saberes localizados e subjugados.** Revista Diálogos Mediterrânicos, Curitiba, vol.16, n. 1, pp. 169-185, ago., 2019.

ZIMKOVICZ, Rafaela. **Pluriversalizar Corpos, Subverter o Presente: Formulações Queer-Feministas a Partir Das Militâncias Por Aborto Seguro da Argentina e Alguns Trânsitos Transnacionais (1988-2020).** Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, Paraná. 180p. 2023.